



Anais da Assembléia

Nº 27

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 25 DE ABRIL DE 1989

ANO XV

ATO DO PRESIDENTE Nº 01/89

Sabino Campos (15).

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Título I, Capítulo IV, Seção I, Artigo 24, combinado com o inciso XIII, do Artigo 25, do Regimento Interno,

D E C L A R A :

Constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de oito (08) membros, requerida com fundamento no disposto pelo Artigo 19, da Constituição do Estado do Paraná, na Sessão Ordinária realizada no dia 19.04.89, sendo que a mesma será composta por cinco (05) Deputados do PMDB, e por três (03) Deputados dentre os componentes das Bancadas do PSDB, PFL e PDT.

Sala das Sessões, em 24.04.89.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA ATA DA 22.^a SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 1.989 TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado José Afonso Júnior, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Alberto Oliveira e Algaci Túlio.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zenusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, Djalma de Almeida César, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Hermas Brandão, João Arruda, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Rafael Greca, Raul Lopes, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (39). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Acyr Mezzadri, Antônio Bárbara, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, José Alves, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lindolfo Júnior, Luiz Antonio Setti, Quielse Crisóstomo e

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO- procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 682

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência, ao Projeto de Lei nº 91/89, que concede uma pensão mensal no valor equivalente a 2 (dois) salários-mínimos de referência a MARLENE ZIELONKA, viúva de Antônio Alceu Zielonka, ex-Prefeito do Município de Piraquara.

Sala das Sessões, em 25.04.89.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 688

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA ao Projeto de Lei nº 81/89, que concede pensão mensal a Sra. Irene Tassi Savoldi, viúva do ex-Prefeito do Município de Ourizona, Senhor Irineu Aparecido Savoldi.

Sala das Sessões, em 25.04.89.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

REQUERIMENTO Nº 690

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, preferência de discussão e votação, ao Projeto de Lei nº 90/89, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, 25.04.89.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

REQUERIMENTO N° 697

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo Art. 100, do Regimento Interno, após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, preferência de discussão e votação, para o Projeto de Lei n° 80/89, de autoria do Poder Executivo, item 10, fls. 03, da Ordem do Dia da presente sessão ordinária.

Sala das Sessões, em 25.04.89.

(a) VERA AGIBERT

REQUERIMENTO N° 694

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pela Resolução n° 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, dispensa da discussão e votação para os projetos aprovados em 3ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 25.04.89.

(a) HERMAS BRANDÃO.

REQUERIMENTO N° 692

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja retirado da Ordem do Dia o Projeto de Lei n° 221/88 e bem como o seu competente arquivamento.

Sala das Sessões, em 25.04.89.

(a) NESTOR BAPTISTA

REQUERIMENTO N° 712

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM com base na Constituição Estadual, seja ouvido o Plenário, para confirmar a designação de seus nomes para representarem oficialmente a Assembléia Legislativa no período de 06 a 13 de maio, no Estado de Bade-Wurtemberg - República Federal da Alemanha, atendendo ao convite do Presidente do respectivo Parlamento, na continuidade do programa para elaboração de um cadastro rural no Paraná, e para serem tomadas, em decorrência da aprovação, as providências necessárias para o efetivo cumprimento da missão diplomática.

Sala das Sessões, em 25.04.89.

(aa) ANTÔNIO ANNIBELLI

ARTAGÃO MATTOS LEÃO

EDUARDO FERREIRA BAGGIO

EZEQUIAS LOSSO

TADEU LÚCIO MACHADO

WERNER WANDERER

LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

REQUERIMENTO N° 681

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção na Ata dos trabalhos de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor SAVINO GUADAGNIN, pessoa de tradicional família de Campo Largo.

Outrossim, solicitamos que seja dada ciência à família enlutada através de sua esposa Senhora Aurora Ramina Guadagnin, residente à Praça Getúlio Vargas, n° 2391, Centro, Município de Campo Largo- CEP. 83.600.

Sala das Sessões, em 25.04.89.

(a) ACYR MEZZADRI.

REQUERIMENTO N° 685

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de profundo pesar pelo infame falecimento da jovem Flávia Araújo Calefi, ocorrido no dia 19 de abril de 1989, nesta Capital.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência à família nas pessoas do Senhor e Senhora Valmor Calefi e Fátima Júlia Araújo Calefi, Rua Almirante Tamandaré, n° 1466, ap. 501- CEP. 80.040- Curitiba- Paraná.

Sala das Sessões, em 25.04.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 687

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor PEDRO BARAUSCE.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 25.04.89.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

Em lamentável acidente de trânsito, na Rodovia do Café, faleceu o Senhor Pedro Barausce.

O extinto residia na cidade de Palmeira, deixou viúva Dona Gertrudes e 7 filhos.

O passamento do Senhor Pedro Barausce veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de todo o seu grande círculo de amigos.

O destino privou seus familiares do seu convívio entretanto no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engran-

decerá o Senhor que olhará para condição humana de seu servo Pedro.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná sente-se no dever de associar-se à dor que abalou a família Barausce, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 695

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de pesar pelo falecimento do Doutor Antônio Joaquim Gabriel, ocorrido no dia 24 do corrente.

Requer, outrossim, que do presente seja dada ciência aos familiares, na pessoa da Sra. Hélia Santos Gabriel, Rua Brasília Itiberê, 123- Curitiba- Pr.

Sala das Sessões, em 25.04.89.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO.

REQUERIMENTO N° 683

Senhor Presidente.

O Deputado infra-assinado, com base no art. 134, § 1°, Inciso IV, do Regimento Interno, REQUER que, após ouvido o Egrégio Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos de hoje um voto de congratulações à "TV Esplanada- Canal 7", de Ponta Grossa-Pr, que no dia 17 de abril corrente, completou 17 anos de atividades.

Sala das Sessões, em 25.04.89.

(aa) EDMAR LUIZ COSTA

Apoiamento: Luiz Alberto Oliveira

JUSTIFICATIVA:

Nascida do idealismo de Constâncio Mendes e Bartolomeu Lisboa, atuando como diretores-presidentes, e de Artur Fernando Pina Ribeiro, como diretor-administrativo, em 17 de abril de 1972, foi inaugurada a "TV ESPLANADA", operando em caráter experimental, com equipamentos da marca Maxwell, em preto e branco.

Após 18 meses de atividades, mais precisamente em 24 de dezembro de 1973, o "CANAL 7", entrava no ar de forma definitiva e independente, com uma programação mesclada a filmes.

Em 1977, a aparelhagem foi toda melhorada, passando para a marca "Panasonic" sendo introduzidas câmeras em cores que possibilitaram, inclusive, a produção de alguns comerciais coloridos.

Em 1980, deu-se nova mudança, com um novo parque eletrônico, todo em aparelhamento da marca "Sony", o melhor em termos de equipamento de vídeo.

Hoje, contando com a direção de Lúcio Miranda e Leodegar Correia, o "CANAL 7", opera com quatro câmeras portáteis, destinadas ao Jornalismo, mais duas para a produção e uma sem tubo contendo chips cedidos pela Rede Bandeirantes.

Através do pioneirismo de pessoas que acreditaram no projeto de sua instalação e após 17 anos de árduo trabalho, a "TV ESPLANADA" conseguiu conquistar 45 municípios do Paraná e tem-se mantido presente nos mais marcantes acontecimentos, levando informações e todo tipo de entretenimento aos lares dos Campos Gerais, da Região Centro-Oeste e do Norte-Pioneiro.

Assim, é com a maior satisfação e honra que prestamos nossas homenagens e enviamos os nossos mais sinceros parabéns à Diretoria e a toda equipe que compõe a "TV ESPLANADA - CANAL 7", de Ponta Grossa-Pr.

REQUERIMENTO N° 693

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja inserido em Ata da presente sessão, votos de congratulações, e o envio de cumprimentos ao Excelentíssimo Senhor Ramis Gabriel Cury, Digníssimo Prefeito Municipal de Pirai do Sul, ao Excelentíssimo Senhor Vereador Joaquim Dulcindo Moreira, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal e à população local, pela data que assinala a 23 de abril em curso, as comemorações alusivas ao 43° aniversário da criação da Comarca.

Desta decisão, requer, ainda, seja dada ciência àquelas autoridades, através da Prefeitura Municipal de Pirai do Sul-Pr.

Sala das Sessões, em 25.04.89.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

Ensejando esta magna data, não poderíamos deixar de registrar nesta Casa de Leis a nossa homenagem às lideranças políticas de Pirai do Sul e à população local, bem como o nosso profundo reconhecimento a esse promissor Município, que tem tido ao longo desses anos, significativa representatividade no contexto paranaense, pela efetiva contribuição emprestada ao desenvolvimento sócio-econômico do Estado, produto do esforço e dedicação de sua gente, que através do trabalho, com dedicação e dignidade, fizeram de Pirai do Sul, o instrumento de seus ideais, quer no campo, quer na indústria, ou no comércio, mas sempre para enaltecer o seu nome, no engrandecimento do nosso Estado.

REQUERIMENTO N° 691

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de cumprimentos ao Ilustríssimo Senhor Coronel Sydnei Lima Santos, por sua indicação para ocupar o honroso cargo de Conselheiro Federal de Educação.

Nosso orgulho é saber que entre os vinte e cinco membros que integram o Conselho Federal de Educação, o Cel. Sydnei, é o único integrante paranaense.

Requer, outrossim, que do presente se dê ciência ao Cel. Sydnei Lima Santos-Digníssimo Diretor Presidente da Faculdade e Colégio Tuiuti, Rua Marcelino Champagnat, nº 605- Curitiba-Paraná.

Sala das Sessões, 25.04.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoio: Luiz Alberto Oliveira.

REQUERIMENTO Nº 701

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, seja oficiado a ilustre Secretária de Estado da Educação, Profa. Gilda Polí Rocha Loures, expediente no sentido de serem iniciados estudos necessários visando a criação e implantação da escola pública de 5.^a a 8.^a séries do primeiro grau, no distrito de Alecrim, Município de Curiúva.

Referida solicitação se faz em função de que o Distrito mencionado possui apenas escola pública de 1.^a a 4.^a séries do primeiro grau e os alunos que necessitam frequentar as séries restantes percorrem uma distância de mais ou menos 16 km, todos os dias, dificultando desta forma o estudo básico daqueles alunos que lá residem.

Do presente requer, se dê conhecimento aos Vereadores da Câmara Municipal de Curiúva, especialmente ao Vereador José Tabajara dos Santos Pereira que foi o autor da solicitação.

Sala das Sessões, em 25.04.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA.

REQUERIMENTO Nº 702

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, seja enviado expediente ao ilustre Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de serem iniciados os estudos viabilizando a criação de uma sub-sede de Delegacia de Polícia no distrito de Alecrim, Município de Curiúva.

Referida solicitação se faz em função de que o distrito de Alecrim dista da sede da Comarca 8 km, e quando ocorrem fatos que necessitam do pronto atendimento da Polícia Militar e/ou da Segurança Pública, os interessados têm que percorrer essa distância para tentar soluções, e em mui-

Curitiba, terça, em 25.04.89

tos casos, o tempo gasto com o trajeto de ida e volta desse percurso já inutiliza o atendimento que for necessário.

Do presente requer, se dê conhecimento aos ilustres Vereadores da Câmara Municipal de Curiúva, e em especial ao Vereador José Tabajara dos Santos Pereira, que foi o autor da solicitação.

Sala das Sessões, em 25.04.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO Nº 699

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Pedro Arthur Sampaio, Digníssimo Superintendente Estadual da Legião Brasileira da Assistência- L.B.A., solicitando cobertores e gêneros alimentícios para a creche "Menino Jesus" de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 25.04.89.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

A creche "Menino Jesus" localizada na Vila Rio Grande de Campo Mourão, é uma entidade que atende dezenas de crianças e recém-nascidos, possibilitando que os pais dessas crianças possam trabalhar. Entretanto, por razões de defasagem orçamentária, a creche "Menino Jesus" necessita de cobertores e gêneros alimentícios.

REQUERIMENTO Nº 700

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Jorge Gomes Rosa Filho, Digníssimo Diretor Administrativo da FASPAR, solicitando auxílio financeiro para a Creche "Menino Jesus" de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 25.04.89.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A Creche "Menino Jesus" de Campo Mourão, localizada na Vila Rio Grande, é uma entidade assistencial que presta relevantes serviços àquela comunidade. Entretanto, por motivo de defasagem orçamentária, necessita de auxílio financeiro.

REQUERIMENTO Nº 704

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, reivindicando a instalação de um Núcleo Regional da Secretaria Especial de Esportes/Fundação de Esportes, no Município de Campo Mourão, com sua área de atuação estendida

aos demais 21 municípios da microrregião 12.

Sala das Sessões, em 25.04.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Nosso pedido encontra respaldo ao se considerar que Campo Mourão, constitui-se atualmente em importante Município pólo do Paraná, sede da microrregião 12, despontando a nível Estadual pela sua invejável estrutura física no setor esportivo, o que tem possibilitado a sediações de competições de caráter Estadual, Nacional e até mesmo Internacional.

Considerando que o Governo Estadual, iniciou recentemente a descentralização da Secretaria Especial dos Esportes/Fundação de Esportes, com a instalação de Núcleos Regionais do órgão em cidades sedes de microrregiões do Paraná, acreditamos que seja justa a nossa reivindicação, uma vez que possibilitará o perfeito desenvolvimento no setor esportivo e recreativo de Campo Mourão e Região.

REQUERIMENTO N° 705

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado ofício à Secretaria de Estado da Educação, reivindicando a implantação do ensino de 2° grau, no distrito de Piquirivaí, município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 25.04.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O Distrito Administrativo de Piquirivaí conta atualmente com cerca de 100 alunos cursando o 2° grau, em colégios na sede do município de Campo Mourão.

A locomoção é feita através de ônibus, ocasionando custos de transportes e alimentação, prejudicando por outro lado a própria frequência nas aulas, uma vez que existe um tempo bastante reduzido, separando a saída do trabalho e a entrada nos colégios. Além disso em eventuais problemas com o veículo, o aproveitamento das aulas fica prejudicado.

Havendo a implantação do 2° grau, na sede do Distrito, haverá uma melhora no desenvolvimento escolar, possibilitando um aumento na percentagem de alunos que irão prestar vestibular, pois muitos retornarão aos bancos escolares, além de que, existirá uma tranquilidade natural por parte dos pais, que não precisarão ver seus filhos retornando altas horas da noite, em razão de estudarem longe.

REQUERIMENTO N° 706

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário Especial de Esportes e Turismo do Paraná, reivindicando a instalação de um Núcleo Regional da Secretaria Especial de Esportes/Fundação de Esportes, no Município de Campo Mourão, com sua área de atuação estendida aos demais 21 municípios da microrregião 12.

Sala das Sessões, em 25.04.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Nosso pedido encontra respaldo ao se considerar que Campo Mourão, constitui-se atualmente em importante Município pólo do Paraná, sede da microrregião 12, despontando a nível Estadual pela sua invejável estrutura física no setor esportivo, o que tem possibilitado a sediações de competições de caráter Estadual, Nacional e até mesmo Internacional.

Considerando que o Governo Estadual, iniciou recentemente a descentralização da Secretaria Especial dos Esportes/Fundação de Esportes, com a instalação de Núcleos Regionais do órgão em cidades sedes de microrregiões do Paraná, acreditamos que seja justa a nossa reivindicação, uma vez que possibilitará o perfeito desenvolvimento no setor esportivo e recreativo de Campo Mourão e Região.

REQUERIMENTO N° 707

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, solicitando a implantação de uma agência bancária no Município do Turvo.

Sala das Sessões, em 25.04.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Contando atualmente com cerca de 10.000 habitantes, grande parte agricultores e pequenos comerciantes, o município de Turvo não dispõe de uma agência do Banco do Estado do Paraná, restringindo-se a uma agência do Bradesco todos os serviços bancários da cidade. Além de não conter a demanda da população, a referida agência não oferece muitas das vantagens prestadas pelo Banestado, sendo que aqueles que desejam utilizar-se desse último, têm que se deslocar para o Município mais próximo, no caso Pitanga, distante 40 km, ocasionando vários transtornos, entre eles perda de tempo.

Pelo exposto, solicito um estudo mais detalhado sobre o assunto, visando atender com brevidade esta reivindicação, tão ansiada pela comunidade turvense.

REQUERIMENTO N° 708

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Banco do Brasil, solicitando a implantação de uma agência bancária no município do Turvo, Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 25.04.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Contando atualmente com cerca de 10.000 habitantes, grande parte agricultores e pequenos comerciantes, o Município de Turvo não dispõe de uma agência do Banco do Brasil, restringindo-se a uma agência do Bradesco, todos os serviços bancários da cidade.

Além de não conter a demanda da população, a referida agência não oferece muitas vantagens prestadas pelo Banco do Brasil, sendo que aqueles que desejam utilizar-se deste último, tem que se deslocar para o município mais próximo, no caso Pitanga, distante 40 km, ocasionando vários transtornos, entre eles perda de tempo.

Pelo exposto, solicito um estudo mais detalhado sobre o assunto, visa com brevidade esta reivindicação, tão ansiada pela comunidade turvense.

REQUERIMENTO N° 709

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado ofício ao Presidente do Banco do Estado do Paraná, solicitando a implantação de uma agência bancária no município de Turvo.

Sala das Sessões, em 25.04.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Contando atualmente com cerca de 10.000 habitantes, grande parte agricultores e pequenos comerciantes, o Município de Turvo não dispõe de uma agência do Banco do Brasil, restringindo-se a uma agência do Bradesco, todos os serviços bancários da cidade.

Além de não conter a demanda da população, a referida agência não oferece muitas vantagens prestadas pelo Banco do Brasil, sendo que aqueles que desejam utilizar-se deste último, tem que se deslocar para o município mais próximo, no caso Pitanga, distante 40 km, ocasionando vários transtornos, entre eles perda de tempo.

Pelo exposto, solicito um estudo mais detalhado sobre o assunto, visa com brevidade esta reivindicação, tão ansiada pela comunidade turvense.

REQUERIMENTO N° 710

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado ofício ao Secretário de Estado da Saúde, reivindicando a doação de um veículo-ambulância para prestar atendimento à população do município do Turvo.

Sala das Sessões, em 25.04.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O Município de Turvo passa atualmente por uma série de dificuldades, dentre elas um atendimento adequado à saúde de sua população carente, principalmente, que constantemente vê-se obrigada a deslocar para centros maiores, onde existem recursos aptos a prestar um tratamento específico.

Geralmente esta locomoção de doentes é feita através de automóveis particulares, que não oferecem a mínima condição necessária para atendimento e acomodação dos mesmos.

Em razão do exposto, solicito que essa Secretaria proceda à doação de um veículo-ambulância para a Prefeitura do Município do Turvo, que por sua vez ficará responsável pela total manutenção do mesmo.

REQUERIMENTO N° 711

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício à Secretaria do Estado da Segurança Pública, no sentido de que atenda as seguintes reivindicações para a

16ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE CAMPO MOURÃO :

- a) oito agentes ou detetives;
- b) três escrivães para cumprirem o processamento dos inquéritos policiais;
- c) dois aparelhos telefônicos, ou de sistema KS ou PARX;
- d) materiais e pessoal adequados e treinados para colocarem em funcionamento um laboratório fotográfico que já existe desde 1978;
- e) implantação de um quadro compatível de polícia técnica e criminalística, a exemplo de outras cidades do interior do Estado;
- f) concretização da instalação da delegacia de polícia do 1º Distrito de Campo Mourão, no bairro do Lar Paraná.

PARA O 11º BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR:

- a) maior número de veículos adequados para a implantação de um policiamento rádiomotorizado em todos os bairros da cidade;
- b) aumento do valor da cota de combustível mensal;
- c) 3 motocicletas para a fiscalização

do trânsito da cidade;

d) materiais básicos para a fiscalização do trânsito, como: cones, cavaletes e trenas;

e) 2 telefones para atendimentos de emergência;

f) aumento do quadro efetivo de graduados e soldados, para o desenvolvimento das atividades internas e externas;

g) criação de um pelotão de polícia feminina para controle do trânsito da cidade.

Sala das Sessões, em 25.04.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Nosso pedido encontra respaldo no fato de existir a urgente necessidade de se conseguir tais benefícios, eis por que, atualmente tanto a 16.^a Subdivisão Policial, quando o 11.^o Batalhão de Polícia Militar, encontram-se deparados com inúmeras deficiências constatadas e sentidas pelos próprios quadros dos referidos órgãos, bem como pela população que é a prejudicada direta pela desestruturação hoje existente no quadro da segurança pública de Campo Mourão.

A falta de recursos materiais e humanos, os quais se requer, são fatores determinantes do pouco sucesso e eficiência dos órgãos de segurança locais, não se podendo esperar dos mesmos uma prestação de serviços mais eficaz.

Portanto, solicitamos a pronta intervenção e apoio desta Secretaria, pois do contrário a sobrevivência da segurança de Campo Mourão estará seriamente ameaçada.

REQUERIMENTO N° 686

Senhor Presidente.

Rafael Greca, Deputado Estadual que este subscreve, solicita a esta Assembléia se digne a encaminhar expediente ao Poder Judiciário do Estado, na pessoa do Desembargador Presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Paraná solicitando as providências necessárias para as obras de conclusão do Fórum da cidade de Medianeira, clamor de todos os municípios e da Comarca.

O Prefeito Municipal empossado em janeiro último assegurou-me pessoalmente que tem condições de assumir os custos de mão-de-obra, dependendo dos projetos e do material, - e, naturalmente -, da decisão superior do egrégio Poder Judiciário.

Sala das Sessões, em 25.04.89.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Respeitada a autonomia dos poderes, vale a recomendação da Assembléia quanto à necessidade da obra, constatada "in loco" por este Deputado.

REQUERIMENTO N° 698

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, abaixo subscrito, REQUER, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, a transcrição nos anais do Poder Legislativo do Estado do Paraná, do artigo "Os Trilhos da Nossa Desilusão", publicação nesta data, no jornal "Gazeta do Povo", desta Capital.

O artigo publicado pela "Gazeta do Povo", aborda, com singular propriedade, mais uma vez, o tema da Ferroeste.

"Cartesiano, logicamente cartesiano, o Prof. Parigot de Souza tinha olhos de espanto. Espanto e admiração diante do "mar de soja" que se plantava "até à beira dos cemitérios", no Sudoeste-Oeste de nossa pujança agrícola. Fomos mais longe, num movimento tão pouco registrado, retornamos para o centro, para os planaltos guarapuavanos e, mais ainda, em direção aos ondulados Campos Gerais, onde uma das maiores concentrações de máquinas agrícolas lançaram, para as estratosferas estatísticas, os percentos paranaenses de geração de bens primários".

Assim nasceu a preocupação de criar-se um mecanismo favorável, tanto no sentido econômico quanto prático, para transporte dessa produção espetacular.

Sabe-se, há muito tempo, que a BR-277 (Foz-Paranaguá) estaria, em pouco, destruída e congestionada pelo excesso de movimento rodoviário ao qual, bem depois, se somaria ao fluxo de milhares de caminhões do Paraguai para o porto livre que lhe concedemos em nossas costas atlânticas.

Agora, quando procura-se ressuscitar a discussão e revitalizar o sonho da construção da FERROESTE, vale trazer a este Poder a tese para o debate, cumprimentando a brilhante e oportuna matéria publicada pelo destacado veículo de comunicação deste Estado, "Gazeta do Povo", nesta data.

É preciso somar ao sonho dos pioneiros e dos que, posteriormente abraçaram a causa, a boa vontade dos governantes, a fim de que "os trilhos dos nossos sonhos" saiam, finalmente, de Guarapuava.

Dedicamos, ainda, especial deferência ao plano de concretização da FERROESTE, pela oportunidade que apresenta a fim de resolvermos, de forma conjunta, outro grande problema de transporte do nosso Estado, seja a questão insolúta e a cada dia mais inquietante do trecho ferroviário CURITIBA/PARANAGUÁ.

Ao cumprimentarmos o Jornal "Gazeta do Povo" pela matéria, esperamos somar apoio, também, a uma definitiva solução para os problemas, a cada dia maiores, gerados pelo pesado tráfego na ferrovia CURITIBA/PARANAGUÁ.

Que da decisão desta casa dê-se ciência ao Jornal "Gazeta do Povo", nesta Capital.

Sala das Sessões, em 25.04.89.

(a) ALGACI TÚLIO

Apoioamento:

Luiz Alberto Oliveira

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 098/89
A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO PARANÁ

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica revogada a Lei n° 8.851 de 25 de julho de 1988.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.04.89.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A lei que se pretende revogar com esta propositura, tornou sem efeito a cessão, por doação, à Sociedade de "Assistência aos Lázarus do Estado do Paraná", de imóvel, situado na Colônia Argelina, município de Curitiba.

Consta que o Governo do Estado do Paraná cedeu, por doação à Sociedade citada, o imóvel através do Decreto n° 12.202 de 26 de novembro de 1941.

Pretende-se portanto, que a área retorne à "Sociedade de Assistência aos Lázarus do Estado do Paraná", pois existem perspectivas de continuidade dos trabalhos desenvolvidos durante quatro décadas, além de que deverão ser instalados na área novos projetos objetivando atendimento à população carente.

Pelos motivos expostos, contamos com a aprovação e apoioamento dos nobres Pares, no prosseguimento desta proposta.

PROJETO DE LEI N° 099/89
A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO PARANÁ

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de utilidade pública estadual a "Sociedade Educacional Nossa Escola", com sede e foro na cidade de Pato Branco - Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.04.89.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

JUSTIFICATIVA:

Tem o presente plano de lei, declarar de utilidade pública estadual a "Sociedade Educacional Nossa Escola", entidade associativa sem fins lucrativos, constituída em 08.09.86, devidamente inscrita no Registro de Pessoas Jurídicas da Comarca de Pato Branco/PR, sob n° 382, Livro A-2, em

15.10.86, vem prestando relevantes serviços gratuitos à comunidade no campo da educação, instrução e cultura. A documentação exigida está de acordo com a Legislação pertinente.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente e nem para o Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto à Liderança do PT.

Com a palavra o Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputada, demais presentes à sessão de hoje.

O que nos preocupa neste momento, que nos chama a atenção, é o caráter lento que está sendo dado ao processo de reforma agrária em andamento no Brasil e por extensão, no Estado do Paraná. Recebemos uma comissão do "Movimento Estadual dos Agricultores Sem-Terra", nesta manhã, onde nos expuseram a situação lamentável em que se encontram muitos assentamentos provisórios, muitos acampamentos e em muitos assentamentos definitivos; a situação difícil e a falta de cumprimento com os compromissos assumidos por parte da União, por parte do Estado para a viabilização dos assentamentos rurais no Estado do Paraná.

Estava previsto para 1985 o assentamento de 100 mil famílias; no Paraná, 8 mil e 300. Em 1986 no Paraná, estava previsto pelo Plano Nacional de Reforma Agrária 16 mil e 700 assentamentos rurais. Em 1987 estavam previstos 25 mil assentamentos no Estado do Paraná, e para 1988 num total de 550 no Brasil, 27 mil no Estado do Paraná. Somando os assentamentos viabilizados com luta, com organização e com pressão em todo Estado do Paraná: de 1985 até 1989 nós temos um total de 4 mil 195 famílias de agricultores que estão bem ou mal assentados na terra.

A situação após a conquista da terra para torná-la viável, é uma situação de dificuldade. Processo que demanda recursos, tempo e assistência técnica. Hoje os assentamentos encontram-se com seu sistema de produção não solidificados; faltam recursos para a realização da destoca, conservação e correção do solo, custeio de lavoura, aquisição de animais para a formação do plantel e para o trabalho, máquinas e implementos também para a construção de infra-estrutura básica. Uma série de problemas que estão sendo sentidos pelos assentamentos rurais no Estado do Paraná, motivo pelo qual o Movimento dos Agricultores sem-terra começam a se mobilizar e estão iniciando hoje uma nova etapa do mo-

vimento, reivindicando do Governo do Estado e do Governo Federal para que cumpram o prometido e principalmente para que cumpram os compromissos anteriormente escritos. Quero mencionar aqui para que todos nós parlamentares nos empenhemos, as preocupações e as reivindicações a nível Estadual. Primeiro: eles reivindicam que os assentamentos sejam enquadrados como microbacias hidrográficas e que aos mesmos sejam destinados recursos existentes no Programa Pró-Rural ainda para o plantio de 89/90; viabilização urgente de recursos subsidiados para a destoca, construção de armazéns, transporte da produção, eletrificação rural e agroindústrias. Que se discutam programa de produção animal nos assentamentos e se reformule os subsídios conforme a realidade dos assentamentos.

Que se viabilize para cada 60 famílias, uma equipe técnica que possua comprometimento com as necessidades dos assentamentos; que sejam reabertas as compras comunitárias aos assentamentos junto com a CEASA.

Diante de tudo isso, a Comissão de assentados paranaenses, assim como as dos demais estados, permanecerão, de hoje em diante, de plantão na Secretaria da Agricultura, no INCRA, até que as autoridades estaduais e da União confirmem audiência em Brasília, pois querem que seja garantida a participação de três lideranças de cada Estado para, juntamente com as autoridades estaduais, viajarem a Brasília para uma audiência com o Governo Federal, para viabilização das suas reivindicações.

Essa é a atenção especial solicitada pelo Movimento dos Agricultores sem-terra, que têm visto prejudicadas as suas operações, principalmente após a operação desmonte, aonde sob esse argumento não se destinou os recursos tanto da União quanto dos Estados para viabilizar os poucos assentamentos que foram realizados à força pela mobilização dos próprios "sem-terras".

Era isto, Senhor Presidente, era isto, Srs. Deputados. Aguardamos a compreensão de todos os nobres Pares que compõem este Parlamento e até uma próxima.

SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - Dentro do Horário das Lideranças, consulto à Liderança do PL se fará uso do seu tempo.

Com a palavra o Sr. Deputado Ezequias Losso.

SR. EZEQUIAS LOSSO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê):

Muitos de nós temos ocupado esta tribuna para falar sobre as questões de segurança. Todo o Estado tem vivido dias de

insegurança, com vários acontecimentos violentos que vão desde assaltos a mão armada, seqüestros, estupros e assassinatos.

Recentemente todos os meios de comunicação divulgaram o episódio envolvendo o ex-Deputado e ex-Governador do Estado, João Mansur. Defendendo-se do perigo que ele e sua família corriam nas mãos de perigosos assaltantes, Mansur viu-se obrigado a matar um dos bandidos.

Mas este é um caso à parte, de uma pessoa habilitada a utilizar armas de fogo e capacitada para defender-se numa sociedade violenta.

A maior parte da população está à mercê das dificuldades que têm sido constantes no cotidiano. O medo, a insegurança caminham ao lado de cada cidadão. Mesmo Curitiba, que sempre foi uma cidade aparentemente segura, hoje pena diante de uma situação que, por dificuldades econômicas, acabam transformando cidadãos em bandidos em potencial.

Mas não são só as dificuldades econômicas as responsáveis pela insegurança que reina em todo o Brasil. Muitos dos que praticam atos de violência são desequilibrados, portadores de doenças mentais. São doentes capazes das maiores violências. Há pouco tempo, Curitiba viveu um dos piores e inexplicáveis crimes. Um menino de quatro anos foi brutalmente assassinado por um maníaco.

Os crimes de estupro são cada dia menos raros. Mulheres e crianças padecem nas mãos de violentos dementes que de tudo fazem para satisfazer seus desejos insanos. Que mundo é este em que estamos vivendo, Senhores? Todos temos família, filhos, mães e esposa e também compartilhamos da preocupação da população que mal tem coragem de sair de casa, tamanha a sensação de insegurança.

Na Delegacia da Mulher, além da violência que muitas sofrem por parte de seus próprios companheiros, há ainda inúmeros casos de violência sexual, na maior parte das vezes sequer denunciada por medo, vergonha e outras tantas razões. A insanidade de alguns homens transformam Senhoras e crianças em vítimas fáceis.

As leis existem, Senhores. Não há necessidade de criar uma nova legislação para coibir a violência, mas precisamos dar condições para que os aparelhos do Estado que já existem para este fim possam realmente atuar em favor da população. E o primeiro passo é dar salários compatíveis com a função que nossas polícias exercem. Sem isto, não há como assegurar um bom desempenho do profissional.

Além disto, é preciso que o Estado invista no aparelhamento das polícias. Há pouco tempo atrás, quando os policiais militares reivindicavam melhores salários,

ouvimos um dos líderes do movimento denunciar que as condições de segurança estão cada vez menores, pois falta gente e equipamento eficientes para a proteção da população.

O Estado precisa voltar-se novamente para a preservação da segurança da população. E cabe a nós, parlamentares, ajudar a pressionar neste sentido. Não podemos ser coniventes com tal situação. Precisamos partir para uma luta realmente eficiente que garanta desde a prevenção, até as condições de recuperação do marginal, seja nas penitenciárias, seja nos Manicômios Judiciários. Mas esta é uma questão que voltaremos a falar oportunamente.

Hoje nos limitamos a gritar pela segurança, que é necessidade básica do povo paranaense".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (José Afonso Júnior)
Dentro do horário das Lideranças, consulto à Liderança do PDS se fará uso do seu tempo.

(Declina).

Consulto à Liderança do PDC.

(Declina).

Consulto à Liderança do PTB.

(Declina).

Consulto à Liderança do PTN.

(Declina).

Consulto à Liderança do PFL.

(Declina).

Consulto à Liderança do PDT.

(Declina).

Consulto à Liderança do PSDB.

(Declina).

Consulto à Liderança do PMDB.

(Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 39 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcântara, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Antônio Annibelli, Artagão Mattos Leão, Eduardo Baggio e demais Senhores Deputados, constante do expediente, confirmando a designação de seus nomes para representarem oficialmente esta Casa, no período de 06 a 13 de maio, no Estado de Baden-Wurtemberg - República Federal da

Curitiba, terça, em 25.04.89

Alemanha, na continuidade do programa para elaboração de um cadastro rural do Estado. Aprovado.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Vera Agibert, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei nº 80/89, constante da Ordem do Dia da presente sessão. Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei nº 90/89, constante da Ordem do Dia, da presente sessão. Aprovado.

De conformidade com os requerimentos de preferência de votação acima aprovados:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 80/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 40/89), que objetiva alterar dispositivos da Lei nº 7.051, de 04.12.78, com vistas a estabelecer critérios especiais aos institutos de promoção e acesso de integrantes da carreira de Agente Fiscal, da Coordenação da Receita do Estado, órgão de regime especial da Secretaria da Fazenda, e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembleia, quanto aos aspectos da Constitucionalidade, Financeiro e de Recursos Humanos. Com EMENDAS de Plenário. EM REGIME DE URGÊNCIA. Em discussão o projeto e as emendas.

Encerrada a discussão. Em votação as emendas já aprovadas em 2ª Discussão.

Emenda nº 1. (Lê a emenda):

Em votação.

Aprovada.

Emenda nº 2. (Lê a Emenda):

"Altera redação do Parágrafo 3, do artigo 4º, do Projeto de Lei nº 80/89..."

Em votação. Os Deputados que a aprovam, queiram conservar-se como estão. Aprovada.

Emenda nº 3. (Lê):

"... Inclua-se onde couber o seguinte artigo..."

Em votação. Os Senhores Deputados que a aprovam, queiram conservar-se como estão. Aprovada.

Em votação o Projeto. Os Senhores Deputados que o aprovam, queiram permanecer como estão. Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 90/89, de autoria do Poder Executivo (Mensagem nº 43/89), que objetiva dar nova redação a dispositivos da Lei nº 7.047, de

21 de novembro de 1978, e às suas posteriores alterações, com vistas a elevar de 16.790 para 17.492 policiais-militares, o efetivo da Polícia Militar do Estado do Paraná, conforme específica. Com PARECER pela Comissão Geral da Assembléia, conforme requerimento aprovado do Deputado Artagão Mattos Leão. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no DA. n° 23, de 18.04.89).

Em discussão.

Para relatar quanto aos aspectos de constitucionalidade, de recursos financeiros e de recursos humanos, peço ao Deputado Artagão Mattos Leão que o faça.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Senhor Presidente, Parecer ao Projeto de Lei n° 90/89 (Lê o referido Parecer)- É de competência do Poder Executivo...".

Desta forma, Senhor Presidente, o nosso parecer é favorável quanto à sua constitucionalidade. (Lê):

"Sob a ótica financeira...".

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior)- Em discussão. Em votação os pareceres. Os Senhores Deputados que os aprovam, queiram permanecer como estão. Aprovados.

Em votação o Projeto. Os Senhores Deputados que o aprovam queiram permanecer como estão. Aprovado.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem)- Senhor Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior)- A Mesa defere e fará a verificação de votação.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem)- Senhor Presidente, requeiro chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior)- A Mesa defere e solicita do Senhor 1° Secretário que proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1° SECRETÁRIO - (Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. 1° SECRETÁRIO - (Procedendo à segunda Chamada Nominal dos Senhores Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- 31 dos Senhores Deputados responderam à chamada nominal. Os Senhores Deputados que aprovam o Projeto, queiram levantar-se. Aprovado.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 219/88, de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE DOIS VIZINHOS, com sede e foro em Dois Vizinhos. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 232/88, de autoria do Deputado Nereu Carlos Massignan, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE AMPARO ÀS PESSOAS IDOSAS WAJUN-KAI, de Maringá. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 260/88, de autoria do Deputado Edmar Luiz Costa, que declara de Utilidade Pública, a FUNDAÇÃO DE AÇÃO ROTÁRIA, com sede e foro no Município de Ponta Grossa. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 265/88, de autoria do Deputado Edmar Luiz Costa, que declara de Utilidade Pública, a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE EVANGÉLICA DE RESERVA, com sede e foro na cidade de Reserva. Com PARCERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 266/88, de autoria do Deputado José Alves, que declara de Utilidade Pública o "T.E.M.M. - Trabalho e Encaminhamento do Menor de Maringá", com sede e foro no Município de Maringá. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 318/88, de autoria do Deputado Paulo Furiatti que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO PALMARES, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 326/88, de autoria do Deputado Paulino Delazeri, que declara de Utilidade Pública, a ASSOCIAÇÃO TOLEDANA DOS ARTESÕES-A.T.A., com sede e foro na cidade de Toledo. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 340/88, de autoria do Deputado Nereu Carlos Massignan, que dispõe sobre a instituição da identidade estudantil nas escolas públicas do Estado do Paraná. Com Emenda de Plenário. EM REGIME DE URGÊNCIA. Emenda- Aprovada.

Projeto- Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 342/88, de autoria do Deputado Nereu Carlos Massignan, que dispõe sobre o funcionamento das cantinas nas escolas de primeiro e segundo graus da rede oficial de ensino. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 217/88, de autoria do Deputado LAURO ALCANTARA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE NOVA ESPERANÇA - ASSERNE, com sede e foro em Nova Esperança. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. n° 74, de 01.08.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 217/88

PARECER:

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre Deputado Lauro Lobo Alcantara, declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE NOVA ESPERANÇA- ASSERNE, com sede e foro na cidade de Nova Esperança, Estado do Paraná.

A supra citada entidade, atende plenamente ao disposto na Lei n° 6994, de 10 de janeiro de 1978, que define as normas para declaração de utilidade pública, das entidades que pretendem tal benefício.

Por tal fato, manifestamos o nosso parecer FAVORÁVEL, nos permitindo ainda opinar favoravelmente pela aprovação da referida matéria.

Sala das Comissões, em 20.09.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO
Presidente
EDMAR LUIZ COSTA
Relator.

COMISSÃO DE DEFESA AO CONSUMIDOR
PROJETO DE LEI N° 217/88

PARECER:

O projeto de lei em exame, de autoria do Deputado Lauro Lobo Alcantara, tem como finalidade declarar de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE NOVA ESPERANÇA- ASSERNE, com sede e foro na cidade de Nova Esperança, Estado do Paraná.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação, Lei n° 699, de 10 de janeiro de 1978, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela aprovação do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.12.88.

(aa) PAULO FURLATTI
Presidente
LUIZ CARLOS ALBORGHEITI
Relator.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 221/88, de autoria do Deputado NESTOR BAPTISTA, que denomina "ESTRADA DO IATE", o trecho PR-412, Cambaaraquara, com extensão de 3.500 metros, que liga Caiobá ao Iate Clube. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C. O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. n° 74, de 01.08.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 221/88

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Nestor Baptista, o presente plano de lei tem por finalidade denominar "Estrada do Iate", o trecho PR- 412, Cambaaraquara, com extensão de 3.500 metros, que liga Caiobá ao Iate Clube.

Analisando o projeto, verificamos tratar-se de matéria que atende plenamente os preceitos legais e constitucionais que regem o assunto.

Assim sendo, a presente iniciativa recebe parecer favorável desta Comissão.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.11.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO
Presidente
BASÍLIO ZANUSSO
Relator.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES
E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 221/88

PARECER:

Analisando o Projeto de Lei n° 221/88, de autoria do nobre Deputado Nestor Baptista, que tem por finalidade denominar Estrada do Iate, o trecho PR-412, Cambaaraquara, com extensão de 3.500 metros, que liga Caiobá ao Iate Clube, podemos verificar que o mesmo não inflinge as normas e os preceitos legais e constitucionais que regem o assunto.

A iniciativa do nobre Deputado, visa única e exclusivamente, prestar uma justa homenagem ao Iate Clube de Caiobá.

Assim sendo, o presente projeto de lei, recebe parecer favorável desta douta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Sala das Comissões, em 16.12.88.

(aa) ACYR MEZZADRI
Presidente
ANTÔNIO BÁRBARA

Relator.

Presidente
PAULINO JOSÉ DELAZERI
Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 230/88, de autoria do Deputado RAFAEL GRECA DE MACEDO, que declara de Utilidade Pública a FUNDAÇÃO LUTERANA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, com sede nesta Capital. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. n° 79, de 09.08.88.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 230/88

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Rafael Greca de Macedo, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Fundação Luterana de Assistência Social, com sede nesta Capital.

Ligada à venerável Igreja regida pela Comunidade Evangélica Luterana de Curitiba, que tantos benefícios tem trazido a esta Capital, a Associação é o prolongamento do trabalho da fé no campo das obras sociais, mantendo um centro de Assistência Social, uma creche com a denominação de "Bom Samaritano" e um Asilo/Casa de Repouso.

São parte de seu patrimônio duas igrejas monumento do setor histórico da Capital, a Igreja de Cristo, na Rua Inácio Lustosa, e a Matriz do Redentor, na Rua Trajano Reis, esquina com Carlos Cavalcanti.

O Projeto de Lei está devidamente justificado com os termos do Regimento Interno e de acordo com as normas vigentes.

Assim sendo, nada há que possa impedir a sua normal tramitação por esta augusta Casa de Leis.

Nestas condições, o nosso Parecer é Favorável, opinando-se pela sua Aprovação. É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.09.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

CÂNDIDO BASTOS

Relator.

COMISSÃO DE DEFESA AO CONSUMIDOR
PROJETO DE n° 230/88

PARECER:

O presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado Rafael Greca de Macedo, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Fundação Luterana de Assistência Social, com sede nesta Capital.

Ao analisar a documentação apresentada, bem como o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, esta Comissão nada encontrou que possa se opor à aprovação ao projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.12.88.

(aa) PAULO FURIATTI

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 246/88, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação de Amparo aos Idosos de Foz do Iguaçu, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. n° 92, de 12.09.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 246/88

PARECER:

O projeto epigrafoado, de lavra do Deputado Anibal Khury, visa seja declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE AMPARO AOS IDOSOS DE FOZ DO IGUAÇU, com sede no mesmo Município.

A matéria em análise se encontra de acordo com as exigências manifestadas pela Lei n° 6998, de 10 de janeiro de 1978, que determina, entre outras, a existência há mais de um ano, após seu registro e a prestação de serviços graciosamente.

Os objetivos são altamente meritórios, propõe dar assistência às pessoas idosas e carentes daquela municipalidade.

Nestas condições, o projeto se encontra devidamente instruído para prosseguir em sua normal tramitação por esta Casa de Leis, razão porque opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 22.11.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Relator.

COMISSÃO DE DEFESA AO CONSUMIDOR
PROJETO DE LEI N° 246/88

PARECER:

Vindo a esta Comissão para dar o seu devido Parecer, o presente Projeto de Lei n° 246/88, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, que visa declarar de Utilidade Pública a "Associação de Amparo aos Idosos de Foz do Iguaçu", com sede e foro naquele município.

A citada entidade através da documentação anexada ao projeto de lei em tela, principalmente pelo relatório de atividades, vem realmente confirmar haver interesse para o consumidor a sua declaração de utilidade pública estadual.

Assim sendo, de conformidade com a Resolução n° 26/83, que cria e reza da competência desta Comissão de Defesa ao Consumidor, é o nosso parecer Favorável, opinando-se pela aprovação deste projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.12.88.

(aa) PAULO FURIATTI

Presidente

JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 249/88, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Guaratuba - APAE", com sede e foro no município de Guaratuba. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 92 de 12.09.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 249/88

P A R E C E R:

De autoria do nobre Parlamentar Anibal Khury, o presente projeto de lei visa declarar de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Guaratuba - APAE", com sede e foro no município de Guaratuba.

Ao analisar o mesmo, vemos que a mencionada entidade encontra-se de acordo com os ditames da Lei nº 6.994 de 10.01.78, que dita as normas para declaração de utilidade pública. A APAE tem objetivo, entre outros, o de promover e coordenar medidas que visem assegurar o ajustamento e o bem estar dos excepcionais, o de estimular estudos e pesquisas relativos aos problemas dos excepcionais e cooperar com as instituições públicas e particulares empenhadas na educação de excepcionais.

Assim sendo, nada encontra esta Comissão de Constituição e Justiça que possa impedir a legal e normal tramitação deste projeto por esta respeitável Casa de Leis.

Isto posto, opinamos favoravelmente pela aprovação do projeto de lei em questão.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.10.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

NEIVO BERALDIN

Relator

COMISSÃO DE DEFESA AO CONSUMIDOR
PROJETO DE LEI Nº 249/88

P A R E C E R:

De autoria do nobre Parlamentar Anibal Khury, o presente projeto de lei visa declarar de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Guaratuba - APAE", com sede e foro no município de Guaratuba.

Ao analisar o mesmo, vemos que a mencionada entidade encontra-se de acordo com os ditames da Lei nº 6.994 de 10.01.78, que dita as normas para declaração de utilidade pública. A APAE tem por objetivo,

Curitiba, terça, em 25.04.89

entre outros, o de promover e coordenar medidas que visem assegurar o ajustamento e o bem estar dos excepcionais, o de estimular estudos e pesquisas relativos aos problemas dos excepcionais e cooperar com as instituições públicas e particulares empenhadas na educação dos excepcionais.

Assim sendo, nada encontra esta Comissão de Defesa ao Consumidor que possa impedir a legal e normal tramitação deste projeto por esta respeitável Casa de Leis.

Isto posto, opinamos favoravelmente pela aprovação do projeto de lei em questão.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.12.88.

(aa) PAULO FURIATTI

Presidente

LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 58/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 34/89), que altera o valor da gratificação percebida pelos vogais e representantes da Secretaria da Fazenda junto ao Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais do Paraná. Com PARECER pela Comissão Geral da Assembléia, conforme requerimento aprovado do Deputado Orlando Pessuti. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 10 de 20.03.89).

Sobre a mesa, requerimento de n. 694, de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 687, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 698, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de n. 681, de autoria do Senhor Deputado Acyr Mezzadri, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 682, de autoria do Senhor Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 683, de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, com apoio do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 685, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 686, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Le-

Legislativa.

Requerimento de n. 688, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 691, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, com apoio do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 692, de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 693, de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 695, de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 699, de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 700, de autoria do Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 701, de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 702, de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 704, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 705, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 706, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 707, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 708, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 709, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 710, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria

Legislativa.

Requerimento de n. 711, de autoria do Senhor Deputado, Namir Piacentini, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 26, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 80/89.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 217, 230, 246 e 249/88 e 58/89 e 90/89.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 324/88 e 174/88

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ALGACI TÚLIO, EM SESSÃO DO DIA 25 DE ABRIL DE 1989.

"OS TRILHOS DA NOSSA DESILUSÃO"

Cartesiano, logicamente cartesiano, o Professor Parigot de Souza tinha olhos de espanto. Espanto e admiração adiante do "mar de soja" que se plantava "até à beira dos cemitérios", no Sudoeste-Oeste de nossa pujança agrícola. Fomos mais longe. Num movimento tão pouco registrado, retornamos para o centro, para os planaltos guarapuavanos e, mais ainda, em direção aos ondulados Campos Gerais, onde uma das maiores concentrações de máquinas agrícolas lançaram para as estratosferas estatísticas os percentos paranaenses de geração de bens primários.

Enquanto isto já ninguém se lembrava das advertências - há mais de decênio - feitas pelo Sudoeste-Oeste de que, em breve, a BR-277 (Foz-Paranaguá) estaria congestionada e destruída pelo excesso de movimento rodoviário, ao qual - bem depois - se somaria ao fluxo de milhares de caminhões do Paraguai para o porto livre que lhe concedemos em nossas costas atlânticas. Voltamos a falar, há lustros e lustros passados, na Transparaguáia. Era uma idéia que, nos anos 20, se acoplava às ponderações desse civil que foi Pandiá Calógeras, ministro da Guerra do Brasil, juntamente com paulista da envergadura de um Cincinato Braga. Postulava-se o caminho brasileiro para o oeste, que tantos ideólogos da geopolítica nacional destacavam

direções para a Bolívia. Os paulistas tiveram seu trem para Santa Cruz de La Sierra, enquanto os paranaenses, ao tempo, levantavam a tese de irmos em direção ao Paraguai, com toda a ordem de atender-se à necessidade de uma política preferencial com nossos países limítrofes, dando-se aos guaranis uma outra opção - afora o Prata - para o Atlântico. A Transparaguai, na sua idealização, foi rebatizada de Ferrovia da Soja, sempre merecendo, das colunas da Gazeta do Povo, tratamento jornalístico prioritário. Lutávamos para ser o grande canal de debates de idéias e propostas para que nossos trilhos não ficassem parados em Guarapuava, desde priscas eras, quando nosso estado se esgotava nessas terras, desconhecendo-se o que pioneiros, como Telêmaco Borba, vieram a fazer em direção ao grande oeste paranaense.

O tema rendeu muito discurso bonito para políticos. Embora isto, nosso ímpeto realizador não conseguiu transpor outra barreira que não uma nova mudança de nome. Passamos a pretender a Ferroeste, empresa auspiciada pelo Governo do Paraná, que alimentou sua criação, dando-lhe a esbeltez de um corpo moldado pelo figurino da iniciativa privada. Nada de obesidades com todos os exageros das enxúndias do oficialismo, cabide de empregos gostosos, com ar refrigerado e sofisticadíssimas mordomias. Só que, até agora, os trilhos não saíram de Guarapuava, por enquanto. Essa sensação de que vamos conseguir - mas não obtivemos nada de grandemente concreto - está, agora, um tanto combalida. E justifica-se. Ontem, com foguetórios nordestinos - não os de Mombaça ou de Serra Talhada - a opinião pública brasileira assistiu às festividades inaugurais de um trecho da ferrovia Norte-Sul. Trata-se de um segmento de 613 quilômetros que vai de Imperatriz (Sudoeste do Maranhão) até o novo porto de Itaqui, em São Luís (capital maranhense). Para isto, o governo federal despendeu 150 milhões de dólares. Resta, ainda, a construção do restante do total da Norte-Sul, com 1.570 quilômetros, que atingirá o município de Luziânia, no leste de

Goiás, prevendo-se gastos de 2,44 bilhões de dólares. Já no dia 4, será feito o transporte de 1.500 toneladas de milho que, aliás, foi comprado pela Associação Maranhense de Avicultura junto à Comissão de Financiamento da Produção, viabilizando-se, assim, o início do funcionamento desse trecho ferroviário.

Nossos trilhos continuam em Guarapuava. Embora isto, há excelentes valores humanos do Paraná à frente da empresa que buscará a construção da Ferroeste. Existe, além disso, vontade política paranaense para que empurremos para a realidade esse projeto que há decênios e decênios vimos perseguindo, para que se possa atender não somente ao transporte de "um mar de soja" do Sudoeste-Oeste, que espantou Parigot de Souza, mas ao alude de milho e tantos outros bens agrícolas que fazem o Paraná pontificar no grande horizonte nacional das nossas estatísticas do setor.

O foguetório nordestino motivado pela Norte-Sul não nos traz amuos, ressentimentos, ou a sensação de preterição. O Brasil dessa região deve e precisa ter obras como essa ferrovia. Só que nós, também, deveríamos obter o mesmo interesse que se emprestou para esse projeto no Maranhão. A igualdade em tratar aspirações regionais parece ser o ideal não só de isonomia, mas, também, de sentimento federativo. Se considerarmos que o Paraná-agrícola tem um peso impressionantemente maior que esse estado e se levamos em conta que a Ferroeste tem um sentido de atendimento ao privilégio da diplomacia brasileira no relacionamento com nossos países limítrofes, é justo que já tivéssemos recursos federais para fazer pouco mais de 300 quilômetros até chegarmos ao Rio Paraná. Com a metade do dinheiro - a virtual metade - do que se construiu, a toque de caixa, para ligar-se Imperatriz ao porto de Itaqui (São Luís, MA), poderíamos, brasileiroamente, ter realizado um projeto que, infelizmente para nós, Brasília-política não considerou tão prioritário quanto a Norte-Sul.